

A irrecorribilidade da sentença de primeiro grau

João Cruz Beleza*

Resumo

Apresentação de proposta de criação de um novo instituto jurídico para infligir maior efetividade e celeridade aos pronunciamentos judiciais com o fim de concretizar o princípio constitucional da razoável duração do processo.

Sumário

1. O *Stare decisis*; 2. As decisões vinculantes e independência dos juízes de primeiro grau; 3. A eficiência da atividade jurisdicional; 4. A irrecorribilidade da sentença prolatada pelo juízo de primeira instância; 5. Impugnação por meio de ação autônoma; 6. Atualização e revisão de precedente jurisprudencial; 7. Lei de recursos impeditivos; 8. Lei de repercussão geral; 9. Súmula vinculante; 10. Súmula impeditiva de recurso; 11. Pronunciamento monocrático nos recursos; 12. Reexame necessário; Considerações finais; Referências bibliográficas.

1. O *stare decisis*

Há muito tempo não há como negar que o Poder Judiciário, em todo o Brasil, vem passando por vários percalços advindos principalmente da morosidade na entrega das prestações jurisdicionais. Os operadores do Direito, bem como a sociedade brasileira em si, ventilam aos quatro cantos a necessidade de melhora e de, principalmente, se fazer cumprir os preceitos garantidores advindos da celeridade e economia processuais, já garantidos na Carta Magna de 1988. Várias são as medidas a serem tomadas, à guisa de que ninguém mais interessado nesse tipo de mudança do que os jurisdicionados, que acabam por ver suas demandas enfileirarem-se uma ante outra, durante mais de dois anos, no aguardo de uma talvez justa

decisão. Mas, restam dúvidas diante de qual matéria seria capaz de trazer a efetividade dos julgados ao nosso Judiciário, contudo, tal matéria já vem sendo amplamente difundida nos tribunais americanos, e consiste no chamado *stare decisis*.

Tomando emprestado os estudos elaborados pelo ilustre professor Ivan de Lira Carvalho em seu brilhante artigo titulado *Decisões Vinculantes*, passa-se a expor a importância do *stare decisis* na proposta apresentada neste artigo científico.

O *stare decisis* nada mais é do que o prestígio que os julgadores emprestam às decisões anteriores, para destas tomarem um princípio, que norteará o julgamento do caso concreto. Nestes julgamentos serão analisados se a ação intentada se trata de caso similar a outra que já teve um desfecho mediante o trânsito em julgado da decisão, acabando por evitar que os juízes percam tempo e decidam de modo idêntico a outros estudados e analisados, que como resultado final acabaria por ter o mesmo desfecho já obtido noutro tempo. Explicita alguns doutrinadores que a mencionada doutrina, *stare decisis*, tem raízes na orientação do *Common Law*.

O *Common Law* provém da língua inglesa e significa direito comum; é o Direito que se desenvolveu em certos países por meio das decisões dos tribunais, e não mediante atos legislativos ou executivos. Constitui, portanto, um sistema ou família do Direito. Nos sistemas de *Common Law*, o Direito é criado ou aperfeiçoado pelos juízes: uma decisão a ser tomada num caso depende das decisões adotadas para casos anteriores e afeta o Direito a ser aplicado a casos futuros. Nesse sistema, quando não existe um precedente, os juízes possuem a autoridade para criar o Direito, estabelecendo num precedente. O conjunto de precedentes é chamado de *common law* e vincula todas as decisões futuras. Quando as partes discordam quanto ao Direito aplicável, um tribunal idealmente procuraria uma solução dentre as decisões precedentes dos tribunais competentes. Se uma controvérsia semelhante foi resolvida no passado, o tribunal é obrigado a seguir o raciocínio usado naquela decisão anterior, conhecido como *stare decisis*. Entretanto, se o tribunal concluir que a controvérsia

* Analista Judiciário. Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior. Pós-Graduando em Direito Civil e Processual Civil. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Rondônia - Unir.

em exame é fundamentalmente diferente de todos os casos anteriores, decidirá como “assunto de primeira impressão” (*matter of first impression*). Posteriormente, tal decisão se tornará um precedente e vinculará os tribunais futuros com base no princípio do *stare decisis*.

O processo de aplicação do *stare decisis*, quer resulte numa expansão ou numa restrição do princípio, é mais do que apenas um verniz; representa a contribuição do juiz para o desenvolvimento e evolução do Direito.

Causa pesar os vícios na comunicação entre nós como estudantes do Direito, tendo a falsa ideia que o *stare decisis*, por ser dos países que tomaram o *common law*, dispensa a utilização de leis, restando satisfeito única e exclusivamente com o manejo dos precedentes judiciais. Em verdade, é posto em prática todo um ritual de julgamento e de subsunção do caso concreto ao Direito aplicado. Assim, deverá perquirir se ele é vinculativo ou meramente persuasivo. No primeiro caso, será aplicado e definirá o caso em julgamento. Se, pelo inverso, for somente persuasivo, desfia toda uma gama de outros elementos, que, em conjunto, definirão a aplicação e a extensão do precedente.

A mais severa crítica que se faz ao *stare decisis* é pertinente à suposta estagnação que a doutrina impõe à prestação da atividade jurisdicional. Eivam-na de estática ou comodista. Outros atacam a doutrina, apontando-a como incrementadora de litígios, já que se constrói a partir das soluções emanadas para dirimir conflitos interpessoais.

Máxime em Estados, como o nosso, de organização tripartite, a adoção do *stare decisis* reclama moderação no prestígio e na valoração das fontes jurídicas que darão base aos julgamentos, evitando a exclusividade cega de qualquer delas.

2. As decisões vinculantes e a independência dos juízes de primeira instância

Seguindo a experiência do *stare decisis* norte-americano, surgem os defensores da adoção da vinculação dos precedentes judiciais, incidentes verticalmente, para resolver o afogamento do Poder Judiciário, principalmente após o advento da Constituição de 1988, que abriu as portas da Justiça

brasileira ao povo brasileiro, com a criação de vários meios de acesso, tais como os Juizados Especiais Estaduais e Federais, a implantação das defensorias públicas estaduais e federais, a interiorização dos órgãos judiciais estaduais e federais.

Com essa abertura a grande demanda reprimida chegou aos fóruns gerando dados estratosféricos de ações ajuizadas. Diante do quadro apresentado, a adoção da vinculação dos precedentes judiciais será inevitável, mas essa nova postura não importará na diminuição da independência dos juízes de primeira instância, pois as causas ainda não apreciadas pelo Poder Judiciário serão sempre julgadas pelos juízes de primeira instância, onde estes iniciarão o processo de criação da jurisprudência que será pacificada pelos tribunais superiores. Portanto, a implantação da vinculação dos precedentes judiciais será apenas uma forma de racionalização da atividade jurisdicional, que necessita apresentar respostas rápidas e seguras aos conflitos que lhes são apresentados.

3. A eficiência da atividade jurisdicional

A eficiência da atividade jurisdicional nada mais é do que um processo efetivo, processo que realiza o direito material vindicado. O Pacto de San José de Costa Rica, ratificado pelo Brasil, prescreve o direito a um processo com duração razoável, donde se retira o princípio constitucional da efetividade.

Este tipo de pacto no qual o Brasil se tornou signatário, acabou por nos deixar diante de norma constitucional, que impunha à decisão judicial um prazo razoável. Conclui-se, portanto, que, também em nosso país, o direito ao processo sem dilações indevidas acaba por estar incrustado em nosso ordenamento jurídico, contudo, ainda um pouco tímido, mas que vem ganhando espaço com as novas medidas criadas visando à aplicação da efetividade e eficiência.

É preciso, porém, fazer uma reflexão como contraponto. Bem pensadas as coisas, conquistou-se, ao longo da história, um direito à demora na solução dos conflitos. A partir do momento em que se reconhece a existência de um direito fundamental ao processo, está-se reconhecendo, implicitamente, o direito de que a solução do conflito deve cumprir, necessariamente, uma série de atos obrigatórios que compõem o conteúdo mínimo de uma celeridade processual.

Os processos administrativos e judiciais devem garantir todos os direitos às partes, sem, contudo, esquecer a necessidade de desburocratização de seus procedimentos. Na tentativa inicial de buscar esses objetivos, a EC 45/2004 trouxe diversos mecanismos de celeridade, transparência e controle de qualidade da atividade jurisdicional.

A eficiência do Judiciário não há de ser medida pela celeridade ou lentidão com que são emitidas suas sentenças resolutórias de conflitos, mas pelo respeito que o juiz demonstrar no caso concreto, em face das garantias do devido processo legal, consagrando a prestação jurisdicional em consonância com os prazos ditados pela lei, e, sobretudo, concretizando a efetividade da justiça.

Daí depreende-se que o *stare decisis* será para o Brasil, se um dia aplicado, uma solução viável para a diminuição dos conflitos desnecessários, com julgados já pré-determinados por decisões reiteradas pelos órgãos julgadores de primeira instância, podendo aí então chegar, um dia, quem sabe, à verdadeira eficiência jurisdicional a qual todos merecem.

4. Irrecorribilidade da sentença prolatada pelo juízo de primeira instância

A modernização da prestação jurisdicional impreterivelmente passa pela modificação legislativa processual civil brasileira, que data do século passado. Diante dos novos desafios que se apresentam com a evolução tecnológica e social, é necessário que os órgãos jurisdicionais disponham de novas ferramentas aptas a solucionar os novos conflitos de interesses que surgem decorrentes desse processo evolutivo. Atualmente a prestação jurisdicional encontra-se arcaica e imprestável para atender satisfatoriamente os jurisdicionados que dela necessitam. É verdade que a prestação jurisdicional evoluiu muito em relação à data de edição do vigente Código de Processo Civil que data do ano de 1973, no entanto, ficou parado no tempo se comparado com a evolução tecnológica, social e financeira experimentada no Brasil e no mundo. Para modernizarmos o processo civil brasileiro, necessita-se de uma prestação célere, segura e efetiva.

Diante do presente quadro estão surgindo vários mecanismos destinados a infligir maior celeridade e efetividade ao processo brasileiro, tais como o bloqueio

eletrônico de valores, popularmente conhecido como penhora *on line*, que foi instituído pela Lei 11.382/2006; o estabelecimento do procedimento do cumprimento de sentença, instituído pela Lei 11.232/2005; o julgamento com dispensa de citação, instituído pela Lei 11.277/2006; a dispensa do reexame necessário, instituída pela Lei 10.352/2001; o rito dos recursos repetitivos, instituído pela Lei 11.672/2008; o estabelecimento da repercussão geral, instituído pela Lei 11.418/2006; a súmula impeditiva de recurso, estabelecida pela Lei 11.276/2006 e a súmula de efeitos vinculantes, estabelecida pela Emenda Constitucional 45/2004 e regulamentada pela Lei 11.417/2006. No entanto, todos esses mecanismos ainda não são suficientes para estabelecer uma prestação jurisdicional célere, segura e efetiva, pois todos eles operam após a longa caminhada pela trilha espinhenta dos recursos previstos na legislação processual brasileira, mesmo nas matérias já consolidadas pela Jurisprudência brasileira, conforme se verificará nos tópicos seguintes. Juntamente com a segurança jurídica, a celeridade da prestação jurisdicional é um dos maiores desafios do Poder Judiciário, assim se propõem esta nova sistemática no trato com os pronunciamentos de mérito dos juízes de primeira instância. Precisa-se empregar maior efetividade a estes pronunciamentos jurisdicionais para que a celeridade processual possa existir de fato e, juntamente com isso, a confiabilidade, a respeitabilidade e a segurança jurídica voltarão a ser um atributo das decisões emanadas do Poder Judiciário.

Atualmente não há mais espaço para que uma demanda perdure por mais de um ano nos tribunais, mormente, se as matérias discutidas já foram objetos de pronunciamentos dos referidos tribunais. Precisa-se evitar o alongamento de ações que já foram submetidas ao crivo do órgão jurisdicional, racionalizando-se esforços para uma solução com qualidade aos novos conflitos ainda não submetidos ao Judiciário. Diante deste cenário, propõe-se um novo mecanismo processual, tendente a complementar os anteriormente citados, que é a *Irrecorribilidade do Pronunciamento Jurisdicional do Juízo de primeira instância*, que consiste na irrecorribilidade das decisões prolatadas pelos juízes de primeira instância que estejam em conformidade com precedentes firmados, em seus órgãos uniformizadores, por maioria, junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Turma Nacional de Uniformização. Esta nova

sistemática dará maior efetividade às decisões prolatadas pelos juízos de primeira instância e reduzirá drasticamente o tempo de tramitação das demandas que possuem controvérsias que já foram objetos de apreciação pelos tribunais máximos da Justiça Brasileira. Servirá como um grande funil nas demandas já apreciadas pelo Poder Judiciário, no entanto, na boca deste funil, haverá um filtro muito eficaz contra a morosidade, ineficiência e insegurança jurídica. Será o mesmo efeito dos mecanismos criados com a repercussão geral e o recurso repetitivo, no entanto, com uma grande diferença, será aplicado na base da prestação jurisdicional, fazendo com que o pronunciamento jurisdicional seja prestado o mais breve possível. Ora, se uma demanda posta em juízo já possui uma resposta elaborada pelo órgão jurisdicional, então que ela seja definitivamente dita logo. A nova sistemática poderá reduzir o tempo de tramitação de uma demanda que verse unicamente sobre matéria de Direito para 30 (trinta) a 40 (quarenta) dias em relação a particulares e 70 (setenta) a 80 (oitenta) dias em relação à Fazenda Pública, isto com a ajuda do processo eletrônico, magnificamente criado pela Lei 11.419/2006, que está previsto para ser implantado no ano de 2010 e que já é uma realidade nos Juizados Especiais Estaduais e Federais. Portanto, para a implantação desta nova sistemática, propõe-se a criação do § 1º no art. 269 do Código de Processo Civil, nos seguintes termos:

§1º - Quando a matéria apreciada possuir precedente, firmado pelo órgão uniformizador, por maioria, junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Turma Nacional de Uniformização, a decisão prolatada será irrecorrível.

Essa nova sistemática é uma mudança de postura dos órgãos jurisdicionais, que sempre primam pela segurança jurídica em detrimento de todos os demais princípios. Aqui, será prestigiada a celeridade como forma de estabelecer a segurança jurídica em razão da maior efetividade da decisão jurisdicional. Esta nova postura não é imperativa, pois haverá meios de defesa contra eventuais abusos perpetrados por maus juízes e más decisões, a qual já possui previsão no vigente Código de Processo Civil, que é a ação rescisória que será abordada no tópico seguinte.

5. Impugnação por meio de ação autônoma

Com a introdução desta nova ferramenta na legislação processual brasileira, perguntar-se-á como ficará a segurança jurídica em razão da ausência de recurso para revisar o pronunciamento judicial? A resposta é bem prática, primeiro precisa-se afastar o princípio da desconfiança que impera no âmbito judicial, prestigiando e respeitando as decisões judiciais; segundo, considere-se que as matérias submetidas aos juízes de primeira instância já estão pacificadas pelos tribunais superiores, portanto, caberá ao juízo apreciar a aplicabilidade ou não do precedente ao caso concreto, e terceiro, o pronunciamento jurisdicional poderá ser revisado por meio de ação autônoma, ou seja, a ação rescisória. Para isto, propõe-se a criação do inc. X no art. 485 do Código de Processo Civil, nos seguintes termos: *“X - fundada em precedente inadequado/inaplicável ao caso concreto.”*

Desta maneira é possível eliminar a via recursal as decisões prolatadas pelos juízes de primeiro grau e preservar a segurança jurídica uma vez que haverá possibilidade de revisão dos referidos pronunciamentos judiciais, respeitando os princípios constitucionais garantidores, em especial o previsto no art. 5º, inc. LV, que garante a ampla defesa com os recursos a ela inerente. Cabe lembrar que o termo recurso mencionado neste inciso não é a espécie de impugnação do ato judicial, mas apenas os meios e formas de impugnação prevista na legislação brasileira, que na presente proposta, é a ação rescisória. Evidente que esta via de reforma judicial não será tão acessível quanto à via recursal, pois se trata de revisão de uma decisão baseada em precedente já pacificado pelas cortes superiores, portanto, o jurisdicionado terá que ter a convicção de que seu direito foi violado pela decisão do juízo de primeira instância uma vez que irá suportar todos os ônus de uma nova ação judicial, isto vai inibir os atos meramente protelatórios que ocorriam, via de regra, nos recursos. O principal benefício prático desta sistemática é que a decisão judicial terá maior efetividade, já que sendo irrecorrível, devera ser cumprida imediatamente, reduzindo o tempo de duração do processo e prestando a tutela jurisdicional de uma forma mais célere, contribuindo para a efetivação do princípio constitucional da razoável duração do processo.

6. Atualização e revisão de precedente jurisprudencial

A celeridade processual para ser legítima precisa estar pautada na segurança jurídica, no sentimento de justiça e na efetividade dos processos onde atuam. Assim, diante da nova sistemática apresentada fazem-se necessários mecanismos que preservem a atualização e a revisão dos precedentes jurisprudenciais. Também comunga desta acepção o Dr. José Wilson Ferreira Sobrinho², conforme ensinamentos defendidos em seu artigo científico: *O Stare Decisis Brasileiro*, que tenho a honra de transcrever.

Não se infira, entretanto, que estou defendendo uma desenfreada instabilidade dos pronunciamentos judiciais, uma vez que isto nos conduziria à incerteza jurídica. Prego apenas que se deve mudar o que pode ser mudado à luz da ciência.

Ademais, uma súmula não é idônea para conferir direito adquirido a alguém, para qualificar um ato jurídico como perfeito e para materializar a coisa julgada.

Segue-se, portanto, que sua revisão não agredirá o postulado da segurança jurídica porque ele estará salvaguardado pela autoridade da coisa julgada em cada caso concreto. Sua mudança, evidentemente, disporá para casos futuros.

A ciência jurídica sempre busca resolver os atuais e futuros conflitos sociais e, para isso, necessita estar sempre se adequando à nova realidade social, em sintonia com as evoluções tecnológicas, econômicas, políticas, ambientais, religiosas e filosóficas. Portanto, propõe-se a criação de um mecanismo de atualização e revisão capaz de trazer à presente realidade social eventuais precedentes jurisprudenciais que vierem a ficar obsoletos, que não atendam mais aos anseios da sociedade ou que tenham se constituído ilegitimamente em decorrência da atuação de eventuais ideologias não comungadas pela sociedade.

Um dos dispositivos tendentes ao controle (atualização + revisão) do precedente jurisprudencial é a instituição de uma ação autônoma revisional mediante a criação do Capítulo V do Título IX do Código de Processo Civil com a inserção do art. 495-A, nos seguintes termos:

Título IX

Capítulo V

Da ação revisional de precedente

Art. 495-A. Os precedentes jurisprudenciais firmados nos termos do § 1º do art. 269 poderão ser revistos mediante ação perante os respectivos tribunais e turma em que foram editados, desde que fundamentados em tese ou estudo diferentes do qual foi assentado o precedente.

§1º A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 282, devendo o autor comprovar que a tese ou estudo foi defendido em instituição de ensino jurídico.

§2º Qualquer cidadão será parte legítima a propor a ação prevista no caput deste artigo.

§3º Sendo aceita a petição inicial, o relator comunicará todos os tribunais vinculados ao órgão processante, para manifestação no prazo fixado em regimento, se assim o requererem em 10 (dez) dias.

§4º O relator, considerando a relevância da matéria, poderá admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades, anteriormente a designação de sessão de julgamento.

§5º Após a manifestação do Ministério Público, será designada sessão para julgamento.

§6º Aplicar-se-á no que couber o disposto no Capítulo I.

7. Lei dos recursos repetitivos

É compatível com a nova sistemática proposta. Será um complemento para a efetividade e celeridade dos processos judiciais. A Lei 11.672/2008, que criou o art. 543-C no Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento dos recursos repetitivos no tocante aos recursos especiais junto ao Superior Tribunal de Justiça, está em perfeita harmonia com a proposta da irrecorribilidade da sentença de primeiro grau, pois nos recursos repetitivos a matéria de direito ainda se encontra controvertida, já na proposta apresentada a matéria posta à apreciação já se encontra pacificada na TNU, no STJ e no STF. Sem a proposta defendida neste artigo, as matérias pacificadas nas referidas cortes estariam ainda sujeitas a recursos junto aos tribunais locais e posteriormente a recursos especiais e agravos de instrumentos, para ao final se chegar à confirmação daquela decisão de primeiro grau que foi prolatada meses ou anos atrás. Com a nova sistemática, seriam abolidos esses meios recursais meramente

procrastinatórios que retardam demasiadamente o andamento processual e a efetividade da decisão judicial. Com ela serão otimizados e racionalizados os serviços dos tribunais, que deixarão de desperdiçar tempo e recursos humanos com processamento de recursos que já possuem decisões pacíficas nas cortes superiores; ganhar-se-á mais tempo para a dedicação e os estudos das novas causas submetidas ao Poder Judiciário, e, prestigiar-se-ão as decisões emanadas das cortes superiores.

8. Lei da repercussão geral

É compatível com a nova sistemática proposta. Será um complemento para a efetividade e celeridade dos processos judiciais. A Lei 11.418/2006, que criou os arts. 543-A e 543-B, no Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento da repercussão geral nos recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal, está em perfeita harmonia com a proposta da irrecurribilidade da sentença de primeiro grau, pois a repercussão geral aplica-se à matéria de direito que ainda se encontra controvertida; já na proposta apresentada à matéria posta à apreciação, encontra-se pacificada na TNU, no STJ e no STF. Para uma perfeita adequação sistemática faz-se necessária a revogação tão somente do §3º do art. 543-A do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

Art. 543-A (...)

§3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

A presente proposta já possui previsão de uma ação autônoma destinada à revisão ou à atualização dos precedentes judiciais. Assim, a nova sistemática da irrecurribilidade da sentença de primeiro grau impedirá a interposição de um recurso extraordinário em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

9. Súmula vinculante

É compatível com a nova sistemática proposta. A Lei 11.417/2006, que regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e disciplina a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, é mais um meio

de se efetivar as decisões pacificadas nos tribunais superiores. A criação do instituto da reclamação prevista na referida lei visa resguardar a efetividade dos enunciados das súmulas. A proposta de alteração legislativa apresentada neste artigo se refere a decisões que estão de acordo com a jurisprudência pacificada e que, inclusive, contempla os enunciados de súmulas. Desta maneira, a súmula vinculante servirá como uma forma de combater, por intermédio da reclamação, eventual decisão prolatada por maus juízes de primeiro grau e, com isso, reforçar a segurança jurídica das decisões prolatadas em primeira instância. Ademais, as decisões de primeiro grau que forem prolatadas contra enunciados de súmulas, pela proposta aqui apresentada, não serão irrecuríveis.

10. Súmula impeditiva de recursos

Diante da nova sistemática proposta, é desnecessário manter o procedimento da súmula impeditiva de recursos, prevista no art. 518, §1º, do CPC, uma vez que este estará contemplado pela irrecurribilidade da sentença de primeiro grau, mas com uma grande vantagem, pois a nova sistemática não permitira recurso à sentença prolatada, ao contrário do que ocorre na situação prevista no referido artigo, que permite a interposição de agravo de instrumento (art. 522) e demais recursos previstos no CPC. Assim, para se manter a harmonia na sistemática processual, será necessário revogar o §1º do art. 518 do CPC, que dispõe:

Art. 518 (...)

§1º O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal.

11. Pronunciamento monocrático nos recursos (art. 557, CPC)

Diante da nova sistemática proposta, desnecessário manter a parte final do procedimento previsto no art. 557 do CPC, uma vez que já estará contemplado pela irrecurribilidade da sentença de primeiro grau, pois a nova sistemática não permitirá a chegada de recurso junto aos tribunais que estejam em conformidade com precedentes judiciais pacificados.

Dessa forma, todos os recursos que chegarem aos tribunais tratarão de matérias ainda não pacificadas. Assim, para se manter a harmonia na sistemática processual, será necessário revogar o §1º-A e a parte final do art. 557 do CPC, que dispõe:

Art. 557. (...) ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal, ou de Tribunal Superior.

§1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

12. Reexame necessário

Para que a proposta da irrecorribilidade da sentença de primeiro grau atue com eficiência junto a Fazenda Pública, necessária a ampliação das disposições constantes no §3º do art. 475 do Código de Processo Civil, pois neste dispositivo a dispensa do reexame necessário está condicionada a edições de súmulas do Supremo Tribunal Federal e de Tribunais Superiores, ou de jurisprudência do plenário do STF. Atualmente, com o amadurecimento da democracia e com o progresso econômico vivenciado no Brasil, não há mais espaço para a manutenção de privilégios estabelecidos em épocas conturbadas do sistema jurídico-político brasileiro. Ademais, em um estado democrático, a efetividade das decisões jurídicas há de ser suportada por todos que estejam subordinados ao seu regime jurídico, mormente a Fazenda Pública. O reexame necessário estabelecido no Código de Processo Civil visa precipuamente resguardar a Fazenda Pública de decisões judiciais ainda não consolidadas, portanto, não há óbice para a dispensa deste requisito para as decisões que estejam em conformidade com precedentes pacificados pelo Poder Judiciário. Assim, o §3º do art. 475 do CPC deverá ser ampliado, com a introdução das seguintes modificações:

Redação original

Art. 475 (...)

§3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou de tribunal superior competente.

Proposta de alteração:

Art. 475 (...)

§3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em precedente, firmado pelo órgão uniformizador, por maioria, junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Turma Nacional de Uniformização.

Considerações finais

Diante da grande dificuldade do Poder Judiciário brasileiro em dar efetividade aos processos judiciais, apresenta-se esta proposta de alteração do Código de Processo Civil, com a inclusão de mecanismos que possibilitem uma maior celeridade no trâmite processual e uma maior efetividade aos pronunciamentos jurisdicionais de primeira instância relativos às matérias já pacificadas junto aos tribunais. Assim, propõe-se:

a) a criação do §1º no art. 269, do inc. X no art. 485 e do art. 495-A;

b) a revogação do §1º do art. 518, do §3º do art. 543-A, da parte final do *caput* do art. 557 e de seu §1º-A; e

c) a alteração do §3º do art. 475 do CPC.

a) Proposta de criação dos dispositivos abaixo:

Art. 269 (...)

§1º - Quando a matéria apreciada possuir precedente, em decisão firmada pelo órgão uniformizador, por maioria, junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Turma Nacional de Uniformização, a decisão prolatada será irrecorível.

Art. 485 (...)

X - fundada em precedente inadequado/inaplicável ao caso concreto.

Título IX

Capítulo V

Da ação revisional de precedente

Art. 495-A. Os precedentes jurisprudenciais firmados nos termos do §1º do art. 269 poderão ser revistos mediante ação perante os respectivos tribunais e turma em que foram editados, desde que fundamentados em tese ou estudo diferentes do qual foi assentado o precedente.

§1º A petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 282,

devendo o autor comprovar que a tese ou estudo foi defendida em instituição de ensino jurídico.

§2º Qualquer cidadão será parte legítima a propor a ação prevista no caput deste artigo.

§3º Sendo aceita a petição inicial, o relator comunicará todos os tribunais vinculados ao órgão processante, para manifestação no prazo fixado em regimento, se assim o requererem em 10 (dez) dias.

§4º O relator, considerando a relevância da matéria, poderá admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades, anteriormente a designação de sessão de julgamento.

§5º Após a manifestação do Ministério Público, será designada sessão para julgamento.

§6º Aplicar-se-á ao que couber o disposto no Capítulo I.

b) Proposta de revogação dos dispositivos abaixo:

Art. 518 (....)

§1º O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Art. 543-A (....)

§3º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

Art. 557 (....) ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal, ou de Tribunal Superior.

§1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

c) Proposta de alteração dos dispositivos abaixo:

Redação original

Art. 475 (....)

§3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou de tribunal superior competente.

Proposta de alteração:

Art. 475 (....)

§3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em

precedente, firmado pelo órgão uniformizador, por maioria, junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Turma Nacional de Uniformização.

Com estas alterações, as decisões judiciais prolatadas em matérias já pacificadas pelos tribunais serão mais efetivas e os respectivos processos serão mais céleres, contribuindo para a efetivação do princípio constitucional da razoável duração do processo. Estima-se o prazo de 40 a 80 dias para a tramitação total de um processo, com a constituição de coisa julgada. Cabe lembrar que este é apenas mais um dispositivo tendente a infligir maior celeridade aos processos judiciais brasileiros e que, conjuntamente com outros mecanismos já existentes e outros a serem criados, permitirá a modernização do Direito processual brasileiro, que necessita apresentar respostas satisfatórias às demandas que lhes são apresentadas. A eficiência dos pronunciamentos judiciais é uma exigência presente da sociedade, que clama por uma resposta célere e segura dos pronunciamentos jurisdicionais. Esta eficiência poderá ser atingida com a racionalização dos trabalhos dos tribunais no tocante à efetividade dos seus precedentes. Para a implementação desta nova postura processual é imprescindível a alteração legislativa, que aqui se propõe. A proposta de alteração legislativa é apenas o ponto de partida de um discurso imprescindível para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional; esta proposta está aberta à crítica e ao aperfeiçoamento em decorrência de estudos mais profundos que virão a ser elaborados pela comunidade jurídica.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Ivan Lira de. *Decisões vinculantes*. R. de informação legislativa: Brasília, v.134, p.175-83, abr./jun., 1997. São Paulo R. dos Tribunais, nov.1997, v.745, p.48-58.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. *O stare decisis brasileiro*. São Paulo Repertório IOB/Jurisprudência: mar., 1996, v. 5, n. 3, p. 91-88.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Francisco Alves, 1938. v. 3.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 5.

CHAVES, Antônio. *Direito de Autor: princípios fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil brasileiro*. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, v. 4.